



A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO E OS CENTROS DE REFERÊNCIA LGBT EM TEMPOS DE DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

Eixo 2: Classe social, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual

MARCO GIMENES DOS SANTOS¹

ANDRÉIA APARECIDA REIS DE CARVALHO LIPORONI²

RESUMO: Este artigo identifica e analisa fontes que debatem a diversidade sexual e de gênero e os centros de referência LGBT. Para esse intuito realizamos um Estado da Arte fundamentado no materialismo histórico-dialético, operacionalizado em duas etapas, Identificação e Inventário, a partir de dezoito fontes bibliográficas. A análise da identificação sobre a diversidade indica fontes da terceira fase do imperialismo que priorizam a historicização de identidades e a precarização da vida de LGBT's, cujo conteúdo está desatualizado em relação ao preconceito. As investigações sobre os centros apontam fontes sobre o declínio de políticas públicas no neoliberalismo, que enfatizam dificuldades de operacionalização dessas políticas, na qual há falta de dados sobre sua estrutura física e humana.

Palavras-chave: Políticas públicas, serviço social, LGBT.

ABSTRACT: This article identifies and analyzes sources that discuss sexual and gender diversity and LGBT reference centers. To this end, we conducted a State of the Art based on historical-dialectical materialism, operationalized in two stages, Identification and Inventory, based on eighteen bibliographic sources. The analysis of identification on diversity indicates sources from the third phase of imperialism that prioritize the historicization of identities and the precariousness of the lives of LGBT people, whose content is outdated in relation to prejudice. The investigation on the centers points to sources on the decline of public policies in neoliberalism, which emphasize difficulties in operationalizing these policies, in which there is a lack of data on their physical and human structure.

Keywords: Public policies, social work, LGBT.

INTRODUÇÃO

Este texto resulta de uma tese que investigou a diversidade sexual e de gênero e os centros de referência LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros). Opta-se pela utilização da sigla

¹ Doutor em Serviço Social e Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais (GEPAPOS), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp / campus Franca. Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9279026414525015>. Endereço eletrônico: marco.gimenes@unesp.br.

² Professora Doutora e líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais (GEPAPOS), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp / campus Franca. Link para o currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0842802637459705>. Endereço eletrônico: andreia.liporoni@unesp.br.



LGBT, porque ela foi regulamentada no Brasil durante a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, em 2011 e mantida na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2016. Uma vez que ainda não ocorreu a 4ª Conferência, agendada para o período entre 21 a 25 de outubro de 2025 e entendendo que esta pesquisa abarca os Centros de Referência LGBT, temática inserida nas Políticas Públicas LGBT, decidiu-se manter a sigla LGBT.

Justifica-se a realização de uma pesquisa sobre este grupo socialmente estigmatizado pelas violações de direitos que sofrem, inclusive no direito à vida; pela escassez de estudos sobre este tema no Serviço Social; e pelo predomínio de abordagens a favor do capital.

Conforme o dossiê *Assassinatos e violências contra travestis e transsexuais brasileiras em 2022*, publicado em 2023 pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), desde 2008 o Brasil é o campeão mundial de assassinatos de pessoas trans. 68% desses assassinatos se concentram na América Latina e Caribe, no qual 37,5% ocorrem no Brasil (ANTRA, 2023, p. 61). Conforme o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil ocupa o 1º lugar nas Américas em quantidade de homicídios de LGBT's.

Além da violação do direito à vida, pesquisas feitas por assistentes sociais, internacional e nacionalmente, identificam essa e outras dimensões de suas vidas.

Van voorhis e Wagner (2002, p.352-353), analisaram 77 artigos sobre homossexualidade entre 1988 e 1997 nas quatro maiores revistas de Serviço Social dos Estados Unidos (*Social Work*, *Families in Society*, *Child Welfare* e *Social Service Review*). Concluíram que a maioria dos estudos abordaram a questão do HIV/AIDS e o processo de assumir a orientação sexual homossexual, ambos em uma perspectiva individual. Identificaram que faltam pesquisas sobre o heterossexismo, as instituições e leis que operacionalizam o estigma sexual na sociedade, e que há lacunas na formação de assistentes sociais para trabalhar com a comunidade gay e lésbica.

Outro estudo analisou 55 artigos sobre homossexualidade e Serviço Social entre 1998 e 2012 nos mesmos periódicos que o trabalho anterior, mas em anos posteriores. Concluíram que ocorreu um decréscimo na quantidade de artigos sobre HIV/AIDS, enquanto houve mais investigações sobre a juventude LGBT, também em perspectiva individual. Identificaram falta de estudos sobre a sociedade heterossexista, a ocorrência de preconceito em estudantes de Serviço Social contra LGBT



e que a escassez de publicações na área podem prejudicar intervenções da categoria profissional junto à comunidade homossexual (Pelts, Rolbick, Albright, 2014, p. 136-137).

Por fim, Nothdurfter e Nagy (2016, p. 2240-2241), analisaram 21 artigos sobre homossexualidade entre 2010 e 2015 nas cinco maiores revistas de Serviço Social na Europa (*Social Work Education*, *The British Journal of Social Work*, *International Social Work*, *European Journal of Social Work* e *Journal of Social Work*). Concluíram que os estudos discutem a questão da marginalização, embora faltem pesquisas sobre o heterossexismo e que assistentes sociais com pouco conhecimento sobre a comunidade LGBT podem ignorar suas especificidades e colaborar para a perpetuação da opressão social.

Percebe-se por essas três revisões de literatura que o Serviço Social internacional publicou um total de 153 artigos entre 1988 até 2016. À primeira vista pode parecer uma produção expressiva, mas os estudos identificaram que investigações com a temática LGBT publicadas são minoria na literatura em Serviço Social nos Estados Unidos e Europa Ocidental.

Em contexto brasileiro, dois estudos analisaram as produções científicas sobre diversidade sexual no Serviço Social.

Duarte e Fernandes (2023, p. 211) analisaram mediante revisão integrativa de literatura 42 estudos publicados entre 2010 e 2020 e concluíram que eles estão distribuídos nos seguintes temas: 13 sobre a *comunidade LGBT*; 11 sobre *transexualidade*; 8 sobre *Direitos LGBT*; 5 sobre *Homossexualidade*; 3 sobre *Políticas LGBT* e 2 sobre *Travestilidades*.

O outro estudo, uma revisão integrativa de 12 artigos, analisou a produção científica sobre as políticas públicas LGBT. Concluíram que a produção se concentra entre duas temáticas principais: o processo de elaboração, implementação e avaliação das políticas e uma abordagem *queer*, que focalizam o ativismo e as relações de poder dentro e sobre a comunidade LGBT (Souza Júnior e Mendes, 2020, p. 648).

A partir da análise desses estudos internacionais e nacionais, percebe-se que não só as pesquisas do exterior não estão fundamentadas em uma perspectiva dialético-crítica, pois focalizam o fenômeno em seu aspecto individual, dissociado do modo de produção capitalista, mas também o Serviço Social brasileiro carece de análises na perspectiva dialética nessa questão.

Percebe-se, portanto, que o *identitarismo* predomina nas análises sobre a diversidade sexual. Tal abordagem amplamente centraliza o empoderamento individual, pois como os meios de produção



material e ideológica encontram-se no domínio da classe que explora, essa tende a ser a forma de análise hegemônica, enquanto as *pautas anti-opressão* tendem a ser suprimidas, porque está fundamentada na luta contra todas as opressões na luta pela transformação de nossa sociedade (Fernandes, 2018a).

Diante de pesquisas que privilegiam o identitarismo, entende-se que esta pesquisa deve se localizar nas lutas da classe trabalhadora. Portanto, ela está associada aos seus interesses para criticar radicalmente a sociedade burguesa e fomentar a revolução (Tonet, 2020, p. 13-16).

Diante do exposto, os objetivos desta pesquisa ficaram assim constituídos:

Objetivo geral

Analisar de forma dialética a diversidade sexual e de gênero e os Centros de Referência LGBT.

Objetivos específicos:

Identificar e analisar dialeticamente os debates empreendidos em fontes que discutem a diversidade sexual e de gênero; Identificar e analisar dialeticamente os debates empreendidos em fontes que debatam os Centros de Referência LGBT.

Ressalta-se que o objetivo principal foi elaborado em duas dimensões, a literatura e os centros de referência, porque não basta analisar o que é debatido em publicações científicas sem analisar também os espaços socioocupacionais que atendem a comunidade LGBT, porque o Serviço Social é uma profissão interventiva. Logo, não basta desvendar o real e sim, ao mesmo tempo, propor processos interventivos. Ressalta-se que tal método parte da análise da realidade para intervir na realidade (Prates, 2012, p. 12). Além disso, o exercício investigativo do pesquisador acadêmico, requer além do conhecimento do método de Marx, o saber a respeito das técnicas de pesquisa (Netto, 2009, p. 32). Assim, a técnica de pesquisa utilizada foi o Estado da Arte, fundamentado no materialismo histórico-dialético.

DESENVOLVIMENTO

O Estado da Arte é técnica de pesquisa para investigações cujo objetivo é compreender o estado do conhecimento mediante a organização de um conjunto de estudos (Soares, 1982, p. 3 *apud* Ferreira, 2002, p. 259), considerando-os nos contextos culturais, políticos e sociais em que foram



escritos (Becerra, 2004, p. 40), para a identificação de suas tendências e lacunas (Vargas, Calvo, 1987 *apud* Montoya, 2005, p. 74). Sua operacionalização ocorre em duas fases: a) *Identificação*, que é o mapeamento da produção de conhecimento em um período delimitado, no qual discute-se a data de publicação dos estudos, o local em que foram escritos e quem os escreveu (Ferreira, 2002, p. 265) e b) *Inventário*, que é a análise das tendências, teorias, metodologias e temas dos textos analisados, da aproximação ou diferenciação entre eles, das lacunas do conhecimento produzido, elaborada a partir de um debate sobre a opção teórica manifesta, o tema anunciado, o objetivo explicitado e procedimento metodológico adotado pelos estudos (Ferreira, 2002, p. 268).

Delimita-se o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo como marco cronológico desta pesquisa, pois está fundamentada no materialismo histórico-dialético, e o início do período temporal precisa ser um momento importante na dinâmica do modo de produção. Tal momento foi definido como a década de 1970, tendo em vista ser o início da *Terceira Fase do Estágio Imperialista*.

Para Netto e Braz (2012, p. 226) essa terceira fase se inicia na recessão generalizada a partir de 1974-1975, que pressionou o capital a responder por meio da *Reestruturação Produtiva*, da *Financeirização* e da *Ideologia Neoliberal*.

A *Reestruturação Produtiva* alterou o processo de acumulação rígido, taylorismo-fordismo, em direção ao processo de *acumulação flexível*, para reorganizar a produção por meio da *desterritorialização das unidades produtivas* e do *toyotismo*, para que a burguesia recupere capital (Netto, Braz, 2012, p. 227-228). Essa *desterritorialização* desloca as unidades produtivas do centro para a periferia do sistema, porque lá a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa por causa do seu baixo preço, da ausência de legislação protetora do trabalho e do enfraquecimento da luta sindical (Netto, Braz, 2012, p. 228). O *toyotismo*, por sua vez, alterou o controle da força de trabalho pelo capital ao fomentar relações de trabalho enquanto relações familiares, sendo que trabalhadores são denominados como colaboradores, o que erode a sua consciência de classe (Netto, Braz, 2012, p. 229).

A *financeirização*, significa um movimento de controle dos serviços pela lógica industrial, por meio da mecanização, padronização, super especialização e fragmentação (Netto e Braz, 2012, p. 234).

E a *ideologia neoliberal* dissemina a competitividade entre os seres humanos, naturalizando a desigualdade social. É uma estratégia patrocinada pelas burguesias e amplamente divulgadas pelos seus aparelhos ideológicos para legitimar a retirada de direitos sociais conquistados pelos



trabalhadores na luta de classes (Netto, Braz, 2012, p. 238-239).

A partir desse contexto foi desenvolvida a identificação e inventário da diversidade sexual e de gênero; e a identificação e inventário sobre os centros de referência LGBT.

Para a identificação da diversidade sexual e de gênero, foram selecionadas nove fontes, a partir da revisão de literatura: seis capítulos de livro (três em inglês e três em português) e três artigos (dois em português e um em inglês).

A 1ª fonte é um capítulo de livro em inglês, chamado *Capitalismo e Identidade Gay*, publicado originalmente em 1983 e republicado em 2007, da autoria de Démilio. Discutiu a formação da identidade gay por meio da expansão do trabalho assalariado nas cidades.

A 2ª fonte é outro capítulo de livro em inglês, denominado *A invenção da heterossexualidade*, publicado em 2001, da autoria de Katz. Debateu a formação da identidade heterossexual no capitalismo monopolista.

A 3ª fonte é um artigo em inglês chamado *A fratura das identidades LGBT no capitalismo neoliberal*, publicado em 2011, da autoria de Drucker. Refletiu sobre a precarização das condições de vida e trabalho de LGBT causadas pela reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal.

A 4ª fonte é outro capítulo de livro em inglês chamado *Fordismo e a Identidade Gay*, publicado em 2015, da autoria de Drucker. Debateu a formação da identidade gay no fordismo, no centro e na periferia do capital (Argentina, Brasil e Tailândia).

A 5ª fonte é um tópico de um capítulo de livro nacional, integrante da Biblioteca Básica de Serviço Social, denominado *Família hetero patriarcal monogâmica e o controle sobre as mulheres e a população LGBT*, publicado em 2018, da autoria de Cisne e Santos. Não discutiu a questão LGBT, embora tenha debatido a função ideológica da família.

A 6ª fonte é outro tópico do livro anterior, chamado *Diversidade sexual e violência LGBTfóbica*. Debateu a violência em três aspectos: fobia, violência e crimes de ódio.

A 7ª fonte são dois tópicos de um mesmo capítulo do mesmo livro, denominados *Serviço Social e diversidade sexual* e *As entidades nacionais da categoria e a questão da diversidade sexual*. Primeiramente debateu o reconhecimento contraditório da diversidade sexual pelo Serviço Social, explicando que o que impulsiona a temática na categoria profissional são as violações de direitos, as pesquisas de assistentes sociais e a existência de assistentes sociais e estudantes de Serviço Social



LGBT. Em segundo lugar, discutiu as Resoluções do CFESS-CRESS na área, relacionando-as com o projeto ético-político.

A 8ª fonte é um artigo em português, chamado *A sexualidade é uma questão política: a IV internacional e a luta pela libertação das LGBT*, publicado em 2019, da autoria de Machado. Debateu a importância da sexualidade como uma questão política coletiva e a participação de LGBT na esquerda lutando pelo socialismo.

E a 9ª fonte é outro artigo em português, denominado *Trabalho e diversidade sexual e de gênero*, publicado em 2020, de autoria de Souza. Discutiu a precarização da venda da força de trabalho LGBT no empreendedorismo e na informalidade na acumulação flexível.

Essas 9 fontes selecionadas foram publicadas no período entre 1983 a 2020: uma produção na década de 1980; uma na década de 2000; seis na década de 2010 e uma na década de 2020.

O início das publicações na década de 1980 pode significar que a partir da terceira fase do imperialismo, pesquisadores tenham refletido sobre suas implicações sobre a comunidade LGBT.

Percebe-se ausência de publicações na década de 1990, que pode ser reflexo do início da hegemonia da *tese do fim da história*, argumentação utilizada pelos detentores dos meios de produção para indicar a vitória do capitalismo sobre a principal experiência socialista que foi finalizada em 1991, a União Soviética. O impacto da volta do capitalismo no primeiro país a fazer uma revolução socialista pode ter diminuído a produção acadêmica contra hegemônica em contexto em que o socialismo estava na defensiva.

Na década seguinte, dos anos 2000 a 2009, ocorreu um renascimento das publicações, início de uma resistência à tese do fim da história. Somente na década de 2010 houve expressivo crescimento de publicações (seis), expressando um renascimento de publicações marxistas, que pode ser atribuído ao fortalecimento do movimento de resistência da década anterior, à medida em que a tese do fim da história perde consistência.

A década de 2020 foi aquela que seguiu à crise de 2008, que teve impactos negativos nas condições de vida da classe trabalhadora, em que o capital avançou ainda mais sua ofensiva em busca da recuperação de sua taxa de lucros. Por causa disso se observa um número reduzido de publicações, tendo em vista o avanço do fascismo a serviço do capital, por práticas e discursos autoritários, tentativa de militarização da política, discurso nacionalista que deslegitima minorias e/ou opositores, no Brasil e Estados Unidos.



Na fase do inventário sobre a diversidade sexual e de gênero, foram abordados lacunas e tendências do conhecimento, bem como o contexto em que foram produzidos. A principal lacuna identificada refere-se a falta de abordagem da teoria marxista da dependência enquanto parte da tradição marxista da América Latina, para qualificar o debate das particularidades do capitalismo periférico nessa região, que poderia abarcar a superexploração da força de trabalho, por exemplo. Foram identificadas 4 tendências.

A 1ª tendência identificou um processo de *historicização das identidades sexuais, heterossexualidade e homossexualidade*, ou seja, sua apreensão a partir das relações sociais capitalistas. Isso é importante porque tradicionalmente essas identidades são abordadas de formas distintas: a identidade homossexual na forma trans histórica, existente em todos os períodos de forma marginalizada e a heterossexualidade como a-histórica, natural.

A 2ª tendência identificada, presente mediante as pesquisas de Drucker (2011; 2015), *relaciona o fordismo e neoliberalismo não só no processo de formação das identidades, mas na deterioração das condições de vida e trabalho de LGBT*, enquanto trabalhadores que vendem a sua força de trabalho com raça e gênero, em uma perspectiva de totalidade.

A 3ª tendência, *articulação LGBT à esquerda*, debate a importância da luta coletiva pela libertação da sexualidade enquanto questão política e não apenas privada. Discute também o protagonismo do socialismo na questão da diversidade sexual, em experiências passadas (União Soviética) e atuais (Cuba e os avanços legais que muitos países capitalistas não alcançaram).

E a 4ª tendência, *Fascismo à serviço do capital*, debate o contexto em que a diversidade sexual e de gênero está inserida.

Para Ricardo Antunes (2019, p. 6-7) o processo de ofensiva da extrema direita tem suas raízes nas contrarrevoluções preventivas efetuadas pelas burguesias mundiais em três momentos: na década de 1970 em âmbito internacional, diante da crise estrutural do capital; e em 1964 e 2016 no Brasil. O golpe político de 2016, no Brasil, através do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ampliou o processo de privatização, a hegemonia do capital financeiro e a demolição dos direitos trabalhistas.

O sociólogo avança sua análise indicando as razões pelas quais o projeto de destruição da classe trabalhadora foi intensificado pelo presidente Jair Bolsonaro a partir de 2019. Sua escolha pela burguesia reside no fato de que sua vida pública consistiu em ofender grupos oprimidos como negros,



mulheres e LGBT (Antunes, 2019, p. 12). No contexto em que a destruição dos direitos trabalhistas ocorre para a agudização da exploração da força de trabalho, de tal forma que a ascensão da extrema-direita não pode ser compreendida fora do processo de acumulação de capital.

Em relação à identificação dos centros de referência LGBT, criados a partir de 2003, foram selecionadas 9 fontes, a partir da revisão de literatura: 4 documentos, 3 artigos e dois capítulos de livro, todos em português.

A 1ª fonte é um documento elaborado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, publicado em 2008, texto-base da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, denominado *Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais*. Mencionou a existência de 44 centros de referência no Brasil, embora não tenha descrito seus nomes, locais, nem equipe responsável pelos serviços.

A 2ª fonte é outro documento elaborado pela mesma Secretaria, publicado em 2011, texto-base da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e de Direitos Humanos LGBT, chamada *Por um país livre da pobreza e da discriminação: promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Fez alusão a 39 centros de referência entre os anos de 2009 a 2010, sem mencionar suas localidades ou equipes.

A 3ª fonte é um artigo, publicado em 2012, da autoria de Mello, Brito e Maroja, denominado *Políticas Públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades*. Denuncia que as políticas públicas LGBT enfrentam dificuldades jurídicas por falta de normativas, administrativas, financeiras e de recursos humanos.

A 4ª fonte é outro artigo, publicado em 2012, da autoria de Mello, Avelar e Maroja, chamado *Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil*. Debate a questão da falta de financiamento das políticas públicas LGBT.

A 5ª fonte é um artigo, publicado em 2014, de autoria de Irineu, denominado *10 anos do Programa Brasil sem Homofobia: notas críticas*. Destaca o processo conturbado de participação social por causa de disputas entre identidades e demandas na comunidade LGBT.

A 6ª fonte é outro documento, publicado em 2016, de autoria do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da População LGBT, o *Relatório Final da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e de Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais,*



travestis e transexuais. Pela primeira vez um texto das conferências nem menciona uma estimativa do número de centros.

A 7ª fonte é um capítulo de livro da autoria de Mello e Braz (2020), chamado *Entre o desmonte e a resistência: reflexões críticas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas para a população LGBTT no Brasil contemporâneo*. Caracteriza o governo de Jair Bolsonaro como um governo entrópico para as políticas de gênero e sexualidade.

A 8ª fonte é um documento publicado em 2023 pelo Programa Atena, denominado *Mapeamento de políticas públicas LGBTI+ nos governos estaduais e distrito federal*. Faz menção a existência de 37 centros distribuídos em 5 Estados brasileiros.

E a 9ª fonte é um capítulo da autoria de Irineu (2023), chamado *Apagamento, desproteção social e política de extermínio: marcas da violência de Estado contra pessoas LGBTI+ no Brasil*. Denúncia de que a ex ministra Damares, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, não utilizou recursos que já estavam planejados e aprovados para a comunidade LGBT.

A existência de um estudo na década de 2000 se justifica pelo fato de ser a década inicial de políticas públicas LGBT. Em 2003 o primeiro centro de referência LGBT foi criado na cidade de Campinas, SP, via orçamento participativo, que demandou um equipamento social com assistentes sociais, psicólogos e advogados para atendimentos de demandas da comunidade LGBT local. Somente no ano de 2004 foi lançado pelo Poder Executivo o Programa Brasil sem Homofobia, com a proposta de ampliar o número de centros pelo país.

Após a criação dos centros, na década de 2010, foram elaborados os primeiros estudos para analisar as políticas públicas LGBT. Na década seguinte, 2020, por sua vez, iniciou dentro do governo de Jair Bolsonaro, um governo com discursos contra as ciências, grupos estigmatizados e a favor de um projeto fascista. Por isso os estudos desse período trazem análises drásticas sobre as políticas públicas LGBT.

Como o primeiro centro de referência LGBT foi criado em 2003, em 2023 se completaram 20 anos dessa política pública. O número de centros oscila durante o período de 2003, com a criação do primeiro, no município de Campinas / SP, via orçamento participativo. O número de centros atinge o ápice no ano seguinte, 2004, com 44 centros, ano do lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, pelo Poder Executivo. Em 2017, com 31 centros (13 no nordeste, 10 no sudeste, 5 no centro-oeste, 2 no norte e 1 no sul), há uma queda do número de centros em relação a 2004, que pode



ser explicado desde a crise de 2008 até o aprofundamento do fascismo a partir de 2016. A maior queda do número de centros ocorreu em 2022, em pleno governo fascista de Jair Bolsonaro, chegando a 16 centros. E embora o número de centros seja 37 em 2023, estão concentrados em poucos Estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Piauí e Mato Grosso do Sul.

Pode-se observar nesse processo que houveram duas décadas de crescimento de políticas públicas LGBT, iniciando com uma experiência de participação social em uma cidade do interior do Estado de São Paulo governada pelo Partido dos Trabalhadores, seguida de uma expansão dos centros pelo Brasil durante os dois primeiros governos do Partido dos Trabalhadores.

Após essas décadas de crescimento, seguiu-se um processo de diminuição expressiva em 2022, em pleno governo fascista, em uma conjuntura de concentração de centros em poucos Estados que conseguiram mobilizar seus legislativos para aprovarem leis que suportem financeiramente essas políticas, diante do avanço da fascistização da sociedade brasileira.

Como em 2004 haviam 44 Centros e em 2023 restam 37 concentrados em poucos Estados, pode-se constatar que a maioria das unidades da Federação não possui nenhum centro, que os serviços não conseguiram resistir. Fica evidenciado a falta de apoio político e econômico para sua implementação e manutenção enquanto espaços para concretude da Política Social para a população LGBT. Fica evidente, também, a falta de financiamento suficiente para dar concretude a estrutura física e de recursos humanos para fazer a assistência psicológica, social e jurídica junto à comunidade LGBT.

Este processo de construção de políticas públicas LGBT foi permeado pela fragilidade institucional por serem políticas de governo e não de Estado; escassez de recurso previsto em peças legislativas orçamentárias e poucos servidores permanentes especializados para elaboração, implementação, monitoramento e avaliação. Além disso, os centros eram instâncias do Poder Executivo, pois o Poder Legislativo tem sido refratário às demandas da população LGBT por causa do fundamentalismo religioso cristão (Feitosa, 2017, p. 77).

Em relação às políticas públicas LGBT em geral, o tema das discussões foi sua destruição, em especial a partir do governo Jair Bolsonaro, político cuja história sempre atentou contra os direitos de pessoas LGBT. As lacunas identificadas sobre os Centros de Referência LGBT brasileiros são relativas à falta de dados de quais serviços de fato funcionam, para que seja possível elaborar um documento que sirva de guia para divulgação de suas atividades. As fontes analisadas também não conseguiram sistematizar uma lista atualizada de centros em funcionamento no país.



De acordo com site oficial do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ocorreu entre 9 e 11 de outubro de 2023 em Fortaleza, o *1º Encontro Nacional de Centros de Cidadania LGBTQIA+*, cujos participantes foram gestores públicos, profissionais e usuários dos Centros. Conforme a secretaria nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, o evento pretendeu conectar o governo aos Centros, avaliar o seu funcionamento e inclui-los na construção da Política Nacional LGBTQIA+.

Observa-se que não há um relatório sobre esse Encontro no site oficial do Ministério, e apesar de tentativas de comunicação com o Ministério e a Secretaria sobre o assunto, não se obteve resposta.

No ano de 2024, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lançou o *Cadernos LGBTQIA+ Volume 1 – Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+*. Ele recomenda a criação dos Centros de Cidadania LGBTQIA+ como serviços públicos específicos com profissionais com conhecimentos sobre as singularidades que marcam as vulnerabilidades desse grupo social (Brasil, 2024, p. 25).

Ademais, afirma que esses serviços são importantes não só para o enfrentamento da violência, mas também para permitir a aproximação dessa população aos demais serviços públicos municipais e estaduais (Brasil, 2024, p. 26). E por fim, defendem a institucionalização dessas políticas e sua transformação em Políticas de Estado mediante a construção de atos normativos que fundamentem e forneçam diretrizes para sua atuação acolhedora (Brasil, 2024, p. 26).

Importante considerar que essa publicação de 2024, apesar de enfatizar o papel dos Centros de Referência, não oferece listagem deles. Conhecer a localização de cada Centro é fundamental para que saibam em que locais eles funcionam, para que a população possa acessá-los.

Entendemos que a operacionalização dos Centros não depende apenas de atos normativos e sim de uma mudança radical na política econômica, da necessidade imediata da revogação do arcabouço fiscal e da reorientação da destinação da maioria dos recursos que vão para o capital financeiro para as necessidades reais da maioria da população.

Diante do exposto, o florescimento da extrema direita brasileira implicou processo de desumanização da população lésbica, gay, bissexual, travesti e transgênero (LGBT) no governo de Jair Bolsonaro.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo da pesquisa que originou a tese foi analisar de forma dialética a diversidade sexual e de gênero e os centros de referência LGBT. O Estado da Arte sobre a diversidade sexual e de gênero indicou a tendência da historicização das identidades sexuais, homo e heterossexualidade, em seu movimento, seus processos de lutas sociais, na luta de classes; que a base material para o surgimento dessas identidades foi o modo de produção capitalista e que o seu desenvolvimento tem relações com o Fordismo e o Toyotismo; a importância de enfatizar a comunidade LGBT trabalhadora na luta de classes, na relação dialética exploração-opressão; e como lacunas a falta de um referencial da tradição marxista latino-americano para abordagem das relações na periferia do capital, como a Teoria Marxista da Dependência.

Identificou também como 2ª tendência o processo de precarização das condições de vida e trabalho mediante a reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal. Como 3ª tendência, identificou a necessidade da luta LGBT estar articulada à luta pelo socialismo, evidenciando conquistas das pautas LGBT passadas e presentes. E como 4ª tendência identificou o fascismo à serviço do capital como o contexto em que estamos inseridos, em que as lutas precisam ser travadas, com base em uma análise material, histórica e dialética do mundo e do Brasil.

O Estado da Arte sobre os Centros de Referência LGBT indica não só a importância da reconstrução das políticas públicas LGBT, principalmente após a destruição perpetrada pelo governo de Jair Bolsonaro, mas também a diminuição expressiva de Centros de Referência LGBT entre 2004 e 2023, de 44 para 37 Centros. Pôde-se identificar, assim, uma 1ª tendência que relaciona dificuldades na operacionalização das políticas públicas como resultado da ofensiva do capital e uma 2ª tendência enquanto seu desmonte, resultando do mesmo processo. E as lacunas identificadas foram a falta de abordagem da estrutura, equipe e população atendida nesses serviços, e uma lista atualizada deles, a fim de colaborar com a resistência e reconstrução desses espaços, sobretudo na perspectiva da terceira fase do imperialismo.

Enfim, esta pesquisa pretendeu colaborar para a discussão articulada entre exploração e opressão na perspectiva de totalidade, para fomentar as lutas não só contra o preconceito, pela justiça social e pela revolução socialista no Brasil, mas contra a sociabilidade do capital que o produz e reproduz.



REFERÊNCIAS

- ANTRA. **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. 2023, p.107.
- ANTUNES, R. The Preemptive Counterrevolution and the Rise of the Far Right in Brazil. **Monthly Review**: Na Independent Socialist Magazine, v. 71, n. 3, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://monthlyreview.org/2019/07/01/the-preemptive-counterrevolution-and-the-rise-of-the-far-right-in-brazil/>. Acesso em: 17 de jul. de 2023.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Cadernos LGBTQIA+ Volume 1 – Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+**. Brasília, 2024, 63 p.
- DUARTE, M. J. O.; FERNANDES, C. P. Serviço Social e Diversidade Sexual: O Estado da Arte. In: DUARTE, M.J.O. et al **Sexualidades & Serviço Social: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023, p. 202-223.
- FEITOSA, C. Direitos Humanos, Projetos Políticos, Trajetórias individuais e Cidadania LGBT. In: FEITOSA, C. **Políticas públicas LGBT e a construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris editora, 2017, p. 31-84.
- FERNANDES, Sabrina. **O problema do identitarismo**. YouTube, 28 de dezembro de 2018. 26min11s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4b3StHWY1ms>. Acesso em: 21 de set. de 2024.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, agosto de 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de ago. de 2022.
- MONTROYA, N. P. M. ¿Qué es el estado del arte?, **Ciencia y Tecnología para la Salud Visual y Ocular**, v. 3, n. 5, p. 72-75, 2005. Disponível em: <https://ciencia.lasalle.edu.co/cgi/viewcontent.cgi?article=1198&context=svo>. Acesso em: 01 de jul. de 2022.
- NETTO, J. P. Introdução ao Método da Teoria Social. In: CFESS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009, p. 1-38.
- NETTO, J.P.; BRAZ, M. O Capitalismo Contemporâneo. In: NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 223-254.
- NOTHDURFTER, U.; NAGY, A. Few and far from radical? LGBT-related contributions in European Social Work Journal Publishing, **British Journal of Social Work**, v. 46, p. 2227-2244, 2016. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1093/bjsw/bcw140>. Acesso em: 22 Ago. 2019.
- PELTS, M.; ROLBIECKI, A.; ALBRIGHT, D. An update to Among the missing: Lesbian and gay content in social work journals, **Social Work**, v. 59, n. 2, p. 131–8, 2014. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1093/sw/swu005>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.
- PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma



reflexão necessária, **Texto & Contextos Porto Alegre**, v. 11, n. 1, p. 116-128, 2012. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acesso em: 21 de jul. de 2024.

SOUZA JÚNIOR, C.A.A.S.; MENDES, D.C. Políticas públicas para a população LGBT: uma revisão de estudos sobre o tema. **Cad. EBAPE.BR**, v. 19, p. 642- 655, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/sLppG4k73FFG33g9qJZxWzB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 de fev. de 2023.

TONET, I. Prefácio. In: FORT, V; GUERRA, Y. (Orgs.). **Fundamentos filosóficos para o Serviço Social**. Fortaleza: Socialis editora, 2020, p. 7-18.

VAN VOORHIS, R.; WAGNER, M. 'Among the missing: Content on lesbian and gay people in social work journals', **Social Work**, v. 47, n. 4, p. 345–54, 2002. Disponível em: <https://sci-hub.ru/10.1093/sw/47.4.345>. Acesso em: 22 de ago. de 2019.